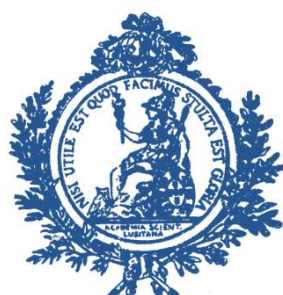


Luís A. de Oliveira Ramos

HERCULANO E OS GRANDES MOVIMENTOS POLÍTICOS COEVOS



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS

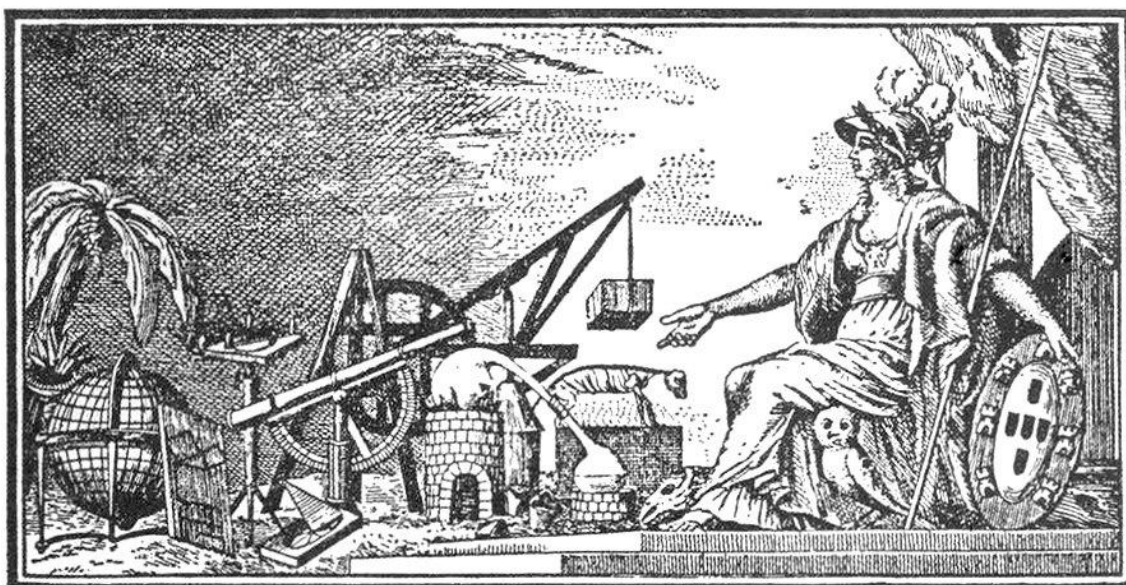
Luís A. de Oliveira Ramos

HERCULANO E OS GRANDES MOVIMENTOS POLÍTICOS COEVOS



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS



HERCULANO E OS GRANDES MOVIMENTOS POLÍTICOS COEVOS

LUÍS A. DE OLIVEIRA RAMOS

A crítica das comemorações centenárias originou, decénios atrás, um incisivo ensaio de um historiador maior do nosso tempo. Independentemente da pertinência de muitas observações aí produzidas, importa hoje sublinhar a actualidade de uma reflexão sobre a vida e escritos de Alexandre Herculano, símbolo maior do oitocentismo em Portugal. Outros desempenharam papeis relevantes nessa época. Poucos ou só ele, em diversíssimas facetas de um rico percurso existencial e nas páginas tersas da sua obra exprimem, para o homem do século XXI nascente, tantas ideias dignas de meditação, nomeadamente no campo político, quando o país se afunda e urge estimular a nossa sociedade.

Daí o tema deste estudo, necessariamente breve, esquemático.

Em termos de movimentos políticos fundamentais, Herculano aparece no processo histórico desde o nascimento, em 1810, até 1877, data da sua morte. Vem ao mundo quando decorre a invasão de Portugal pelos exércitos de Massena, dispostos a conquistar Lisboa e em definitivo erradicar o Reino do quadro das nações. Entre nós vigora o absolutismo desde o Rio de Janeiro, encabeçado pelo Príncipe Regente D. João, o futuro D. João VI. Extingue-se Herculano em pleno rotativismo político.

“Liberal dos quatro costados”, prócere do movimento pela liberdade, que a revolução de 24 de Agosto de 1820 abre, Herculano assistiu à emergência europeia da democracia e do socialismo e, do mesmo modo, à afirmação do surto das nacionalidades, que o Congresso de Viena olvidara ao estabelecer os parâmetros do equilíbrio europeu, a permanência das velhas monarquias hereditárias e o quadro simplificado dos Estados do nosso Continente.

Deixando de lado, outras figuras e aspectos significativos, passamos a estudar os pontos de vista do escritor a respeito do socialismo, da democracia e do liberalismo, isto é, seguimos a ordem inversa da sua projecção no tempo para melhor apresentar e reflectir sobre facetas com actualidade do seu ideário.

A partir de 1850, perante problemas concretos da vida pública nacional, fiel ao seu pensamento de eleição, a filosofia do liberalismo, o escritor evidencia notória abertura nos pontos de vista que defende, a despeito do azedume crítico com que reage às originalidades dos movimentos democrático e socialista.

Em relação ao socialismo, assimilado em Proudhon e discutido com Oliveira Martins, escreve, alheio às potencialidades que registou na história dos povos: esta corrente “há-de retrogradar, enfraquecer-se, desaparecer, como desapareceram as cruzadas ou as inquisições; como desapareceram os desvarios epidémicos de que adoece, de séculos a séculos, o espírito humano”.

Para entender as suas críticas, nomeadamente em cartas a Oliveira Martins, urge ter presente que o sentido primeiro da palavra socialismo decorre de uma reacção contra o individualismo, figurando para o liberal Herculano uma axiomática, isto é “uma espécie de religião”, a qual, “como todas as religiões

tem dogmas, e os dogmas, por via de regra pertencem ao mundo do sobreinteligível”.

Visto ser anti-individualista, tal ideário subordina o ser humano “ao interesse e às necessidades do grupo social”, o que Alexandre Herculano aclara, com lucidez, ao dizer “o socialista vê no indivíduo a causa da sociedade, o liberal vê na sociedade a causa do indivíduo”, funcionando para o socialista a sociedade como um fim.

Como sabemos, na raiz do socialismo há uma dupla impugnação. *Um protesto* contra a miséria e a dureza da sociedade liberal; *um protesto* também contra a sucessão das crises económicas próprias do sec. XIX.

Certo de que questão fundamental consiste em “remover a opressão do capital sobre o trabalho, Herculano faz uma destriça e furta-se a uma apreciação global positiva da doutrina em questão. Na verdade, aceita as críticas do socialismo, mas impugna-o como sistema social.

“No meio das exagerações, das amplificações, de certo lirismo tétrico, a crítica socialista tem às vezes razão de sobra, é disto que me temo”. A este temor refere-se também numa carta ao duque consorte de Palmela. Adverte-o, após formular um plano de valorização social a favor dos ribatejanos, de que, caso a classe média dos possidentes descursasse as necessidades práticas das classes laboriosas, outros socialistas podiam vir com reforçada e convulsa influência na sociedade.

Como observou Barradas de Carvalho, Herculano, crente na vantagem de atribuir “toda a liberdade à iniciativa individual”, valorava o aspecto crítico do socialismo, mas não a sua teoria constituinte, impositora do anti-individualismo. Demais, o socialismo considerava fundamental a questão da propriedade dos meios de produção, o que Herculano repudia, enquanto senhor de um pensar liberal e da sua condição de “burguês e proprietário ainda que pequeno”. Do mesmo modo, o grande historiador afirma a sua descrença acerca da utilidade filosófica da dialéctica hegliana. Diz: “os velhos liberais morrem sem chegar a compreender que o incompleto, o imperfeito, o

vicioso, das instituições civis e do viver civil hão-de achar remédio na contradição, na fórmula: *Tese* - Sim, *Antítese* - Não, *Síntese* - Sim e Não”.

Enfim, visto não crer nas virtualidades do socialismo, Herculano afirma que o mesmo não tem futuro e se diluirá no tempo, como atrás referimos.

Sem embargo, como, em 1977, ouvi a Vitorino Nemésio, em carta ao duque de Palmela, já citada, de Fevereiro de 1877, a propósito de uma Comissão de Socorros às tempestades e inundações do final do ano precedente, escreve: “Desculpe, meu amigo, estes despropósitos que me têm ido caindo dos bicos da pena. Desconfio que tenho estado a fazer socialismo; mas também desconfio de que, se a classe média se não resolver seriamente a fazer deste socialismo, é possível que algum dia venha outro que a desperte um pouco brutalmente”.

A despeito das radicais diferenças de época, das mudanças verificadas nos planos institucional e doutrinário, estas ponderadas observações, extrapoladas para os tempos de agora, adequam-se a uma boa reflexão sobre Portugal. Ou não?

Relativamente à democracia plasmada no sufrágio universal, na ampliação das liberdades, e nas condições do seu exercício efectivo, bem como na igualdade social, amiúde esquecidas na prática liberal e por essa razão duramente vergastadas pelos democratas, qual a posição de Herculano? Como reage o escritor frente ao universalismo e à igualdade apanágio da democracia?

A seu ver a desigualdade entre os homens era congénita. “A desigualdade, esclarece, não é apenas de geração, de linhagens predestinadas, é de indivíduos”. A este respeito acrescenta, com um pessimismo que o seu liberalismo alimenta: “a igualdade democrática aonde chega a predominar caminha mais ou menos rapidamente, mas sem desvios para a sua derradeira consequência, a anulação do indivíduo perante o Estado, manifestada por uma das suas fórmulas, o despotismo das multidões ou o despotismo dos césores do plebiscito”.

Como se pressente, semelhantes despotismos vicejaram na Revolução Francesa ou ainda, e de que maneira, no século XIX e XX, e não andam esquecidos, por exemplo, quando espevitam ambições amiúde bem disfarçadas.

Ao contrário do que hoje pensamos e corre no mundo civilizado, o escritor acredita, sim, na soberania nacional do país legal, expressa mediante o voto censitário e exclui “a soberania popular da totalidade dos cidadãos, incluindo as massas”. Achava “tão ilegítimo o direito divino da soberania régia, como o direito divino da soberania popular”, mesmo se esta existia nos Estados Unidos, nação acatada, contudo protestante, facto para ele decisivo.

Os liberais defendiam que o exercício das liberdades cabia aos que estão em situação de as utilizar adequadamente, isto é, aos detentores de capacidades económicas ou intelectuais. Os democratas, para reduzir as diferenças decorrentes das condições sociais, a todos querem atribuir os benefícios da liberdade. Herculano deseja primeiro educar os indivíduos. O regime fortalecer-se-ia mediante a instrução das classes laboriosas. Neste campo, aproxima-se da democracia, porquanto esta bate-se mais pela educação primária, enquanto os liberais dão primazia à educação secundária, instrutora do cidadão eleitor censitário.

Outra medida em que o escritor ultrapassa o liberalismo ortodoxo, através de uma posição para - democrática, está patente nesta frase: “a liberdade pode facilmente ser teoria, pode ser doutrina proclamada na Constituição de qualquer país; facto e realidade, só o pode ser onde a maioria dos cidadãos possuam com que ser independentes”.

Herculano parece rumar não apenas à democracia, como até ao socialismo num aspecto fundamental, o das condições do exercício das liberdades. Deste aspecto derivam as principais concepções, democráticas contemporâneas uma elevando os princípios da liberdade, outra virada para as condições práticas do seu exercício.

Crítico, volta a mostrar-se o historiador no referente à atenção da democracia pela igualdade social. Escreveu: “as ideias democrático - republicanas tendem, pela sua índole, a apoucar o indivíduo e a engrandecer a sociedade”. A democracia “estende constantemente os braços para o fantasma irrealizável da

igualdade social entre os homens, blasfemando da natureza que, impassível, os vai eternamente gerando física e intelectualmente desiguais”.

Por tudo isto, não acredita que as instituições democráticas convenham à Europa e à América latina, dada a sua genealogia cristã. Neste ponto, usa um argumento falho de valor e obriga a reflectir sobre o curso e a prevalência da democracia na América do Norte, na Europa, na América do Sul e, como exemplo maior, na Índia, e, bem assim, a confrontar com o que se verifica na Ásia no mundo islâmico radical.

Se os democratas criticam os liberais, a verdade é que legados fundamentais do seu pensamento são constitutivos dos regimes democráticos do nosso tempo, a começar pela filosofia da liberdade, pelos direitos da pessoa, em contraponto com as experiências conhecidas das autoproclamadas democracias populares.

Falando da liberdade importa assinalar que se trata de uma filosofia global relativa a todas as facetas da vida, assente naquela palavra chave.

Herculano declara a liberdade - “filha primogénita do Evangelho”, e “direito eterno, fonte de todos os direitos”, a ponto de a erigir à condição de facto essencial da história e das lutas pela sua conquista, isto é, “às resistências felizes ou infelizes das nacionalidades ou das democracia contra o despotismo e as oligarquias”. O historiador considera a liberdade humana “uma verdade da consciência”, através da qual se fica apto a apreciar as instituições da sociedade. Diz: “absolutamente falando, o complexo das questões sociais e políticas contém-se na questão da liberdade individual”, onde todos os problemas “vão filiar-se”.

Como já acentuamos, o indivíduo está acima da razão do Estado, dos “interesses de grupo, das exigências da colectividade”, em consonância com a filosofia social individualista do liberalismo.

Para Herculano, o cidadão “é, ao mesmo tempo origem e fim da sociedade”, porquanto, “além dos seus direitos, tudo o mais é facto accidental, discutível, mudável”.

Em termos de inteligibilidade do processo histórico, o escritor afirma, em 1877, a sociedade “o meio, criação do indivíduo, que a precedeu, que lhe estampou o

seu selo, porque faça ela o que fizer, nunca poderá manifestar a sua existência e a sua acção por actos individuais unidos ou separados. O colectivo nessas manifestações não passa de uma concepção subjectiva: não existe no mundo real”.

De par, vinca a relevância da “vontade individual”, ajudada pela “superioridade da inteligência” e concorda com a limitação da mesma por força de “outras vontades inteligentes” e ainda de circunstâncias “acidentais, fortuitas”, autónomas.

Como gnoseologia, o liberalismo crê na descoberta progressiva da verdade pela razão discursiva. O espírito deve indagar por si a verdade, e é pelo confronto de pontos de vista que, a pouco e pouco, a ela se chega.

Nesta óptica, Herculano entra em variadíssimas polémicas e numa delas exclama: “À discussão, senhores, à discussão que é o nosso campo, que é o nosso elemento, que é a nossa bandeira. Temos pugnado por todas as liberdades e por todas as garantias; e por isso nos comprazemos em usar da liberdade ampla de discussão, que é a liberdade mais preciosa e a garantia suprema, porque é a salvaguarda de todas as garantias e todas as liberdades”. Acredita, de facto, na “razão humana indagadora das leis do justo como fonte de soberania”, a pensar no seu desejo de promover a “verdade do governo representativo”, na medida em que tal executivo proporciona “à razão se produzir e manifestar pela discussão”.

A filosofia liberal mostra-se contrária ao “jugo da autoridade, ao respeito cego pelo passado, ao império do preconceito”, afirma o historiador René Rémond. Herculano combate o antigo regime, designadamente ao apoiar, sem condições, a legislação que aboliu os direitos feudo - senhoriais e as ordens religiosas, ao flagelar a Inquisição, ao verberar a aceitação do milagre de Ourique, aqui pondo em evidência o relativismo da verdade.

O liberal desconfia do Estado e do poder, rejeita, sem reserva, todo o império ilimitado, já vimos, a começar pelo absolutismo monárquico. E esclarece: “detestamos todas as tiranias seja qual for o nome com que se disfarcem, seja a

tiranía dos reis contra os povos, dos privilegiados contra a plebe, da capital contra as províncias, de uma facção contra o país, ou de uma oligarquia de espectaculares políticos contra a totalidade dos cidadãos.”

Para o evitar as tiranias o liberalismo defende a separação dos poderes, o seu equilíbrio e a frouxidão congénita dos mesmos. Segundo esses parâmetros, o país (que é o país legal) devia ser governado através de um genuíno governo representativa, pois “só nele sinceramente respeitado pode estar a nossa marcha segura no caminho do progresso”. Não só para limitar o poder, como para preservar e incentivar os direitos individuais dos cidadãos, funcionará, na opinião dos liberais, a descentralização, capaz de levar “a vida política a todas as extremidades do corpo da nação”. Daí Herculano querer que a vida local seja uma realidade, para que o governo central possa representar o pensamento do país. Na sua perspectiva, esta ideia concretizar-se-ia “através de um sistema de municípios dotados de grande autonomia, passando o estado a ser a federação dos municípios”, sintetiza António José Saraiva.

Tendo em mente cercear os poderes instalados em proveito da iniciativa individual, preconiza a “doutrina da não intervenção em matéria económica e social.” Grande admirador de Mouzinho da Silveira, expoente do liberalismo económico, Herculano, segundo Oliveira Martins era “tão livre cambista, como individualista ou ainda mais”, acreditava no *free trade* como “numa panaceia”, o que afinal configura um exagero, já que o historiador mantêm-se nos limites do liberalismo económico, nomeadamente ao procurar soluções práticas para alguns problemas.

A seu ver, impunha-se “reduzir constantemente o poder de facto à soberania do direito, pelo processo das fórmulas constitucionais.”

“Por isso, lembra, temos fulminado os escândalos, as malversações eleitorais, os diplomas de representantes da nação passados por portaria, e o desprezo calculado dos princípios parlamentares erigido em sistema...”

Numa palavra, qualquer das citações evocadas não podem deixar de lembrar o que vamos conhecendo, guardadas as diferenças de pessoas, tempos e lugares. Por outro lado, revelam que Herculano se impõe enquanto grande advogado da

liberdade e da pureza do liberalismo, regulando a sua acção pelos princípios da ideologia que perfilhava. Não se queda pelo cópia nem pelo partidarismo rasteiro, nem ainda, desde jovem, pela teorização, antes mostra senso prático e visão realista na aplicação dos princípios, sentenciou Paulo Merêa. Evidencia também a maior independência e rigor crítico ao desmascarar as manobras e as anormalidades resultantes da má aplicação da doutrina, embora algumas desses desvios sejam males congénitos do liberalismo e não apenas erros do país, como ele pensava e outros ainda anunciam.

Seja como for, do liberalismo ficou a mensagem da liberdade, do respeito pelos direitos do cidadão e pela indispensabilidade da luta contra o despotismo e a opressão, não apenas expressa, mas também disfarçada, em voga no mundo de hoje. De facto, a democracia prolonga o liberalismo, ao ampliar a herança da liberdade, ao cuidar do seu efectivo exercício, ao increpar o antigo regime, etc..

No nosso tempo, a amplitude da liberdade económica volta ao primeiro plano, porém, urge recordar que nem o próprio Alexandre Herculano, coerente e sagaz como era, pode evitar a força das realidades e afastar o peso das necessidades sociais.

Relativamente à democracia, vaga revolucionária que avulta na história de 1848 em diante, só em aspectos limitados, posto que dignos de consideração, dela se aproximou, como apontamos.

Do socialismo aceitou as críticas mais agudas, embora o rejeitasse como sistema, um sistema cuja implantação por via brutal não deixa de temer, caso os possidentes permanecessem insensíveis aos problemas sociais.

Para concluir, a título de exemplo, sublinho alguns aspectos, de resto conhecidos, que estudei no rasto antigo, clarividente, de Paulo Merêa.

Alexandre Herculano ilustra os valores da liberdade, opõe-se ao despotismo, combate os ultras e o absolutismo régio, denuncia os perigos do centralismo estatal, exalta os benefícios cívicos da participação na política local, produz um libelo contra as malversações na vida pública, desfibra os males do autoritarismo governamental, acautela-se do capitalismo e da plutocracia,

encarece as vantagens da descentralização, advoga a independência do poder civil frente ao eclesiástico, teme a inelutabilidade das revoluções na sequência de situações de abalo social, põe à consideração de liberais, democratas e socialistas de então e do nosso tempo, tópicos doutrinários a afeiçoar, temas a aproveitar, opiniões a contestar, observações agora ultrapassadas, guardando, durante a vida, o respeito pelo outro, independentemente do calor das suas polémicas.

Bibliografia:

HERCULANO, Alexandre, Cartas, I Tomo, Lisboa, Livraria Bertrand, Terceira Edição, s/d.

Cartas de Vale de Lobos ao 3º Duque de Palmela e a José Cândido dos Santos, 1º vol., Lisboa, Livraria Bertrand, s/d.

CARVALHO, Joaquim Barradas de, As Ideias políticas e sociais de Alexandre Herculano, Lisboa, Seara Nova, 1971.

MERÊIA, Paulo, O Liberalismo de Herculano, Coimbra, Biblos, 1941.

RAMOS, Luís A. de Oliveira Ramos, Da Ilustração ao Liberalismo, Temas Históricos. Porto Lello e Irmão - Editores, 1979

RÉMOND, René, Introduction à l'histoire de notre temps ; 2. le XIX siècle (1815-1914), Paris, Plon, 1974.

SARAIVA, António José, Herculano Desconhecido, Lisboa, 1953

(Comunicação apresentada na Sessão Comemorativa
do Bicentenário do Nascimento de Alexandre Herculano
de 21 de Outubro de 2010)